

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Gabriela Cecilia Costa dos Santos

**Deficiências de Controles Internos e sua Influência no Desempenho Financeiro das
Empresas da B3**

São Luís – MA

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

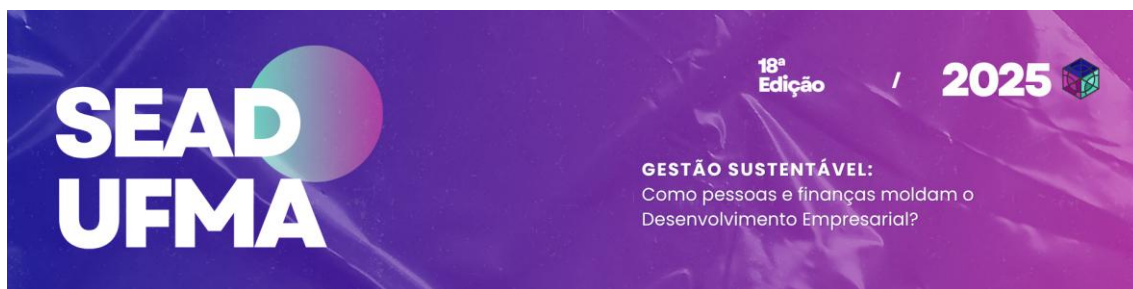
Gabriela Cecilia Costa dos Santos

**Deficiências de Controles Internos e sua Influência no Desempenho Financeiro das
Empresas da B3**

Projeto de monografia apresentado como requisito
parcial de avaliação para a disciplina CCCC0004
TCC Monografia.

São Luís – MA

2025



DEFICIÊNCIAS DE CONTROLES INTERNOS E SUA INFLUÊNCIA NO DESEMPENHO FINANCEIRO DAS EMPRESAS DA B3

Gabriela Cecilia Costa dos Santos

Universidade Federal do Maranhão

cecilia.gabriela@discente.ufma.br

Niara Gonçalves da Cruz

Universidade Federal do Maranhão

Niara.cruz@ufma.br

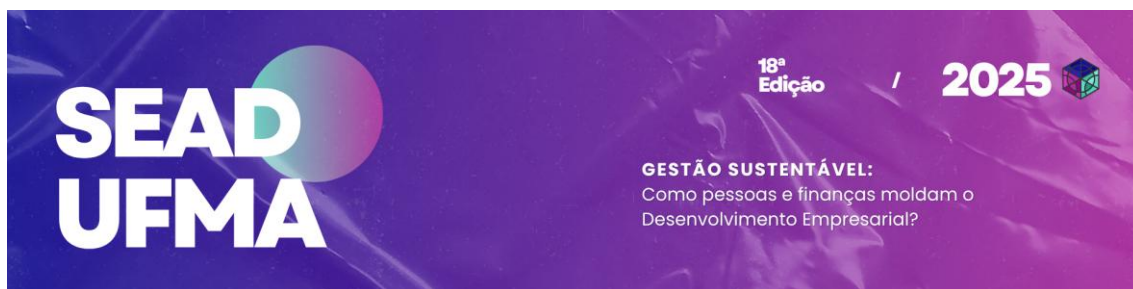
RESUMO

Este artigo tem o objetivo de analisar a influência das Deficiências de Controles Internos (DCI) no desempenho financeiro das empresas listadas na B3. A pesquisa adota abordagem quantitativa, descritiva e documental, com dados de 271 companhias não financeiras no período de 2015 a 2023, obtidos nos Formulários de Referência da CVM e na base Comdinheiro. O modelo econométrico GMM foi utilizado para estimar os efeitos entre as variáveis. Os resultados mostraram redução das DCIs no período analisado, mas ainda presentes em 36,25% das observações. O principal resultado indica que, embora a DCI isolada não seja significativa, sua interação com a alavancagem exerce efeito negativo sobre o desempenho financeiro, evidenciando que falhas nos controles internos em empresas endividadas prejudicam a performance das empresas. O estudo contribui ao reforçar o papel dos controles internos como moderadores da relação entre risco financeiro e desempenho empresarial.

Palavras-chave: Controles internos. Deficiências de controles internos. Desempenho financeiro. Empresas da B3.

1 INTRODUÇÃO

Em um cenário cada vez mais dinâmico e complexo, marcado por mudanças econômicas, avanços tecnológicos e atualizações legislativas, torna-se imprescindível que as

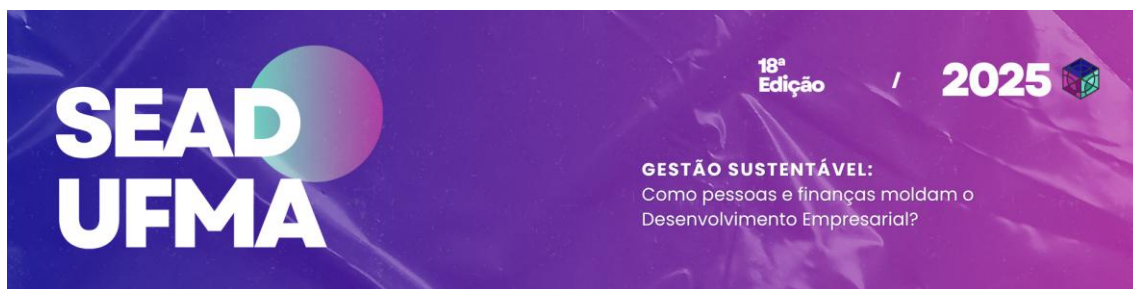


empresas adotem sistemas de controle interno mais eficientes, estruturados e adaptáveis à sua realidade operacional. Nesse contexto, o controle interno pode ser compreendido como um conjunto de políticas, procedimentos e práticas adotados pelas entidades com o propósito de identificar, avaliar e responder aos riscos que possam comprometer a consecução de seus objetivos estratégicos, operacionais e financeiros (Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 315, 2021).

Controles internos bem implementados podem fortalecer a governança corporativa e subsidiar escolhas mais assertivas dos gestores, investidores e demais *stakeholders*, na medida em que asseguram a integridade das informações contábeis, contribuem para a prevenção de fraudes e perdas e oferecem segurança razoável quanto à adequada condução das atividades empresariais (RASHID, 2022). Um sistema de controle interno eficaz deve assegurar tanto a confiabilidade das informações financeiras quanto a eficiência e a efetividade operacional da empresa. Para isso, o controle gerencial apoiado em um sistema contábil sólido deve orientar o uso dos recursos nos processos de negócio por meio de planejamento, monitoramento e retroalimentação (MACINTOSH, 1994).

Considerando que estruturas de controle inadequadas representam um risco à operação da empresa, a partir de 2010, a norma NBC TA 265 (2009), Comunicação de Deficiências de Controle Interno (DCIs), passou a exigir que o auditor independente comunique de maneira apropriada à administração e aos responsáveis pela governança quaisquer falhas identificadas durante a auditoria das demonstrações financeiras. No mesmo ano, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) reforçou essa diretriz por meio da Instrução Normativa nº 480/2009, determinando que as companhias abertas reportem essas deficiências no Formulário de Referência.

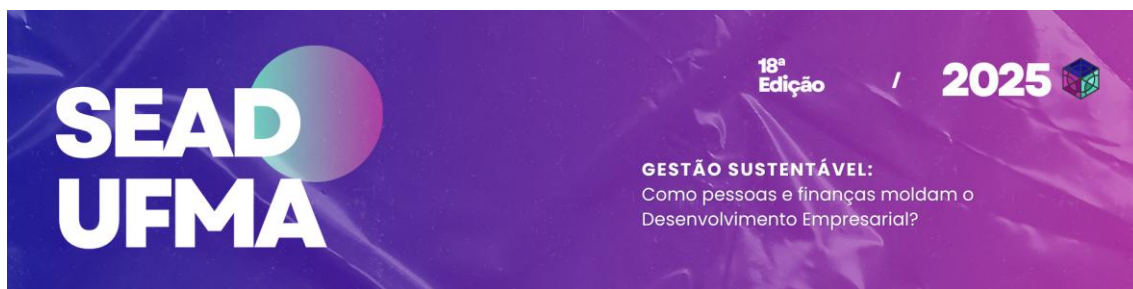
Chan, Farrel e Lee (2005) destacam que vulnerabilidades nesses controles podem favorecer a manipulação de resultados e agravar falhas existentes, tornando os sistemas não apenas ineficazes na prevenção de erros, mas também propícios à ocorrência de condutas inadequadas. Lai et al. (2017) fornecem evidências de que as DCI impactam negativamente a eficiência e a efetividade operacional das empresas, resultando em baixo desempenho financeiro.



Diante desse contexto, este artigo propõe analisar a relação entre as divulgações de deficiências de controle interno e desempenho das empresas brasileiras de capital aberto. Notadamente, investigar a influência das DCI em interação com variáveis como alavancagem (ALAV), tamanho (TAM) e Market-to-Book ratio (MTB) e avaliar se a presença de DCI está associada a variações significativas no desempenho financeiro. A fim de alcançar os objetivos propostos, adotou-se uma abordagem exploratória e descritiva e foi empregado o método econométrico GMM, apropriado para mitigar problemas de endogeneidade e conferir maior robustez às estimativas. A amostra é composta por 271 companhias não financeiras listadas na B3 no período de 2015 a 2023. O conjunto de dados totaliza 1837 observações. O artigo está estruturado em introdução, referencial teórico, metodologia, resultados, conclusão e referências.

Do ponto de vista acadêmico, a principal contribuição deste estudo é analisar as DCIs sob a ótica do desempenho das empresas brasileiras, uma abordagem ainda pouco explorada na literatura, que tradicionalmente se concentra em aspectos como auditoria (Marques et al., 2023), republicação de demonstrações financeiras (Silote et al., 2021) ou gerenciamento de resultados (Cunha; Silva; Rohenkohl, 2019; Bastos; Marques, 2019; Zittei et al., 2021). Ao investigar a relação entre falhas nos controles internos e a performance organizacional, o estudo amplia o entendimento sobre como estruturas internas frágeis podem impactar diretamente a eficiência operacional e os resultados financeiros.

Para as empresas, a investigação pode fornecer subsídios para reflexão sobre a importância de aprimorar processos internos e sistemas de governança, considerando o papel dos controles internos na gestão de riscos e na eficiência operacional. Para reguladores e órgãos de supervisão, o estudo pode oferecer suporte para avaliação de normas e práticas de auditoria voltadas à robustez dos controles internos, promovendo maior transparência e confiança no mercado. Para investidores, a pesquisa pode servir como referência para considerar, em suas análises, informações sobre deficiências em controles internos, contribuindo para decisões de investimento mais fundamentadas e conscientes sobre a governança corporativa das empresas.



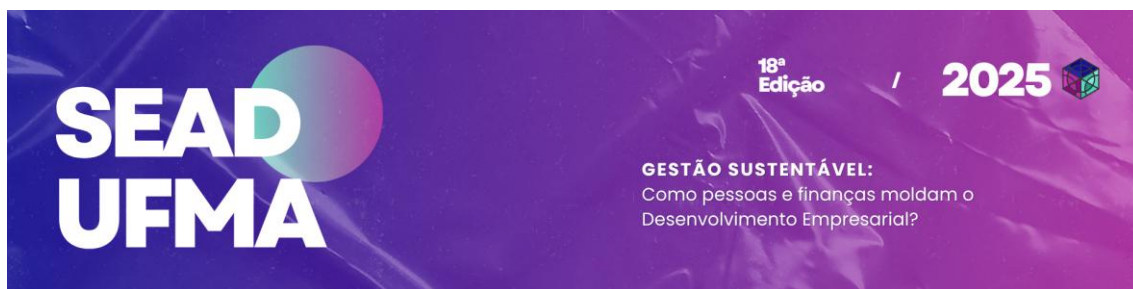
2 REFERENCIAL TEÓRICO

O controle interno tem como finalidade resguardar os recursos da entidade, garantir a precisão dos dados contábeis e apoiar a administração na condução ordenada das operações (Almeida, 2009). Attie (2018) afirma que o controle interno envolve uma ampla gama de ações que, quando aplicadas de forma integrada, tornam possível o controle efetivo dentro da organização. Alguns exemplos típicos de controles internos envolvem restringir o acesso a informações financeiras e dados pessoais sensíveis, separar responsabilidades relacionadas à gestão financeira, assegurar que os extratos bancários sejam conciliados de forma adequada e tempestiva, empregar sistemas de gestão de dados que registrem as ações dos usuários que inserem ou modificam informações, e utilizar documentos e procedimentos padronizados (Kim e Matkin, 2020).

A DCI ocorre quando os mecanismos existentes em uma entidade não são capazes de atingir seus objetivos de prevenção ou detecção de distorções nas demonstrações contábeis. Isso pode ocorrer tanto pela inadequação no desenho, implementação ou operação de um controle existente, quanto pela ausência de controles necessários que permitam identificar e corrigir tempestivamente erros ou fraudes. As DCIs precisam ser reportadas no relatório de referência quando são deficiência significativa, ou seja, quando, segundo o julgamento profissional do auditor, apresenta probabilidade de ocorrência e possível magnitude suficiente para ser comunicada aos responsáveis pela governança (NBC TA 265, 2009).

Entre os principais indicadores para apontar uma deficiência significativa estão: ambiente de controle ineficaz, como a não análise de transações relevantes pela governança, ocorrência de fraudes não prevenidas, ausência ou falha no processo de avaliação de riscos, resposta inadequada a riscos significativos, distorções não detectadas ou corrigidas, reapresentação de demonstrações contábeis por erro ou fraude e incapacidade da administração em supervisionar adequadamente a elaboração das demonstrações contábeis (NBC TA 265, 2009).

Silote et al. (2021) analisaram empresas listadas no índice IBrX100 e constataram que aproximadamente 21% apresentaram ao menos uma DCI entre 2010 e 2018, com destaque para falhas relacionadas à política contábil, falhas tecnológicas e contas específicas. Lopes, Marques e Louzada (2019) utilizando uma amostra com empresas listadas na B3 identificou que as DCI



mais frequentemente reportadas estão relacionadas à falta de treinamento, falhas tecnológicas, problemas em subsidiárias, deficiências em contas específicas e ausência de segregação de funções.

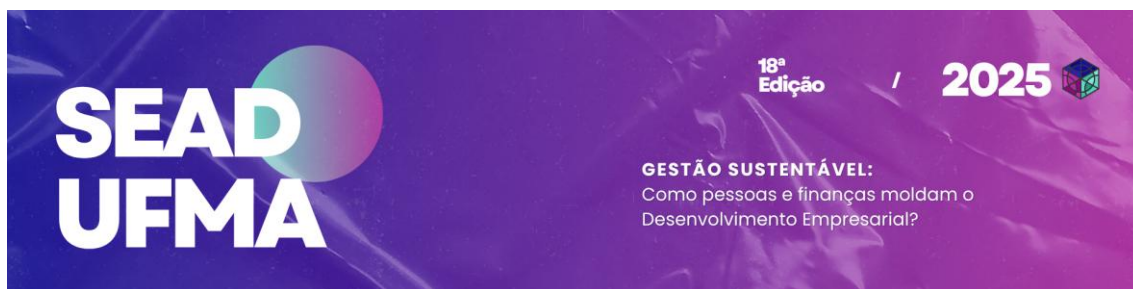
A amostra do estudo de Boritz e Lim (2008) inclui 937 empresas norte-americanas listadas em bolsa que apresentaram DCIs relacionadas à tecnologia da informação entre 2004 e 2005. Os achados deste estudo indicam que as empresas que reportam DCIs em tecnologia da informação apresentam desempenho financeiro inferior em comparação com aquelas que registram fraquezas não relacionadas à tecnologia da informação ou que não apresentam fraquezas. O efeito adverso sobre o desempenho financeiro é particularmente pronunciado quando as DCIs estão associadas a controles de segurança. Os achados adicionais da análise de regressão mostram que o desempenho financeiro do ano anterior e a presença de *Chief Information Officer* apresentaram efeitos positivos sobre o retorno sobre ativos (ROA), enquanto os custos de auditoria, a alavancagem e a ocorrência de prejuízo apresentaram efeitos negativos.

O estudo de Lai et al. (2017), realizado com uma amostra de 1.117 empresas listadas no mercado acionário dos Estados Unidos entre 2004 e 2007, analisou os efeitos das DCI sobre o desempenho empresarial. Os resultados evidenciaram que tais deficiências impactam negativamente a performance organizacional, sendo esse efeito distinto conforme os diferentes componentes do controle interno. Constatou-se que fragilidades relacionadas ao ambiente de controle, à tecnologia da informação, à documentação contábil, às políticas e procedimentos contábeis ou ao desenho dos controles geram impactos significativamente negativos sobre os resultados das empresas. Observou-se, ainda, que o atraso na adoção de medidas corretivas para corrigir essas falhas prolonga os prejuízos ao desempenho financeiro. Os resultados adicionais mostraram que o tamanho da empresa e o *book-to-market* tiveram efeito positivo sobre o desempenho, enquanto a alavancagem (LEV) impactou negativamente o ROA.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa, amostra e coleta de dados

Em termos de objetivos, este estudo é classificado como descritivo, pois busca identificar possíveis relações entre variáveis. Appolinário (2011, p.61) afirma que quando uma



pesquisa busca descrever uma realidade, sem nela interferir, damos a ela o nome de pesquisa descritiva. Quanto à natureza da pesquisa, adota uma abordagem quantitativa, utilizando métodos estatísticos para alcançar os objetivos propostos (Vergara, 2005). Por fim, quanto à coleta e ao tratamento dos dados, esta pesquisa caracteriza-se como documental, baseada nas informações extraídas das demonstrações contábeis e dos formulários de referência das empresas analisadas. Os dados financeiros foram obtidos por meio da base Comdinheiro, enquanto as informações relacionadas às DCI foram obtidas a partir dos Formulários de Referência de cada instituição, disponíveis no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio da seção "Consulta de Documentos de Companhias Abertas".

A população desta pesquisa é composta por empresas de capital aberto listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3), totalizando 422 companhias, conforme informações disponíveis no site da B3 (2025). A partir dessa população, foi definida uma amostra composta por 271 empresas não financeiras com dados disponíveis para o período analisado. As instituições financeiras foram excluídas da amostra devido às suas particularidades regulatórias e operacionais, que as distinguem das demais companhias.

A amostra é composta por 1837 observações entre os anos de 2015 a 2023. O ano de 2015 foi incluído na amostra devido à disponibilidade de informações sobre deficiências de controle interno (DCI) em relatórios de referência de diversas empresas, mesmo antes da vigência da Resolução CVM nº 01/2016, que passou a exigir, a partir de 2016, que os auditores independentes elaborassem um relatório circunstanciado contendo observações sobre DCI e os procedimentos contábeis das empresas auditadas. O ano de 2023 foi definido como marco final por se tratar do último período com dados disponíveis no momento da realização da pesquisa, garantindo a atualidade e completude da análise.

3.2 Variáveis Utilizadas e Modelo econométrico

O Quadro 1, apresentado a seguir, descreve como as variáveis utilizadas no modelo proposto neste estudo foram operacionalizadas.

Quadro 1 - Operacionalização das variáveis do estudo

Grupo	Variável	Definição operacional	Estudos
Variável dependente	Retorno sobre Ativos (ROA)	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Total do Ativo}}$	Boritz e Lim (2008); Lai et al. (2017)

Variáveis de Interesse	Deficiência de Controle Interno (DCI)	Valor igual a 1 se durante o período a auditoria apontou que existem deficiências no controle interno, zero caso contrário.	Lai et al. (2017); Cunha et al. (2019)
Controle	Endividamento (END)	$\frac{Dívida\ Total}{Ativo\ Total}$	Boritz e Lim (2008); Lai et al. (2017)
	Tamanho (TAM)	Logaritmo natural do Ativo	Boritz e Lim (2008); Lai et al. (2017)
	Market-to-Book ratio (MTB)	$\frac{Patrimônio\ Líquido}{Valor\ de\ Mercado}$	Lai et al. (2017)
	Idade	idade de fundação da empresa no período analisado.	Goes, Martins, Machado Filho (2017); Degenhart et al. (2016)
	Recessão Econômica (CRISE)	Valor igual a 1 se os anos analisados correspondem a 2015 e 2016 (recessão econômica brasileira) e 2021 e 2022 (covid), zero caso contrário.	Cordeiro e Bressan (2023)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para atingir o objetivo proposto, foi adotado o modelo econométrico GMM (*Generalized Method of Moments*), devido à natureza da variável desempenho, que é potencialmente influenciada por defasagens temporais, o que poderia gerar endogeneidade se abordado por métodos tradicionais. O uso do GMM permite controlar essas defasagens e capturar de forma mais adequada os efeitos dinâmicos presentes na relação entre desempenho e as variáveis explicativas. Para validar a robustez do modelo, foram aplicados diversos testes estatísticos de avaliação da abordagem econométrica, incluindo: Wald, autocorrelação AR (1) e AR (2), Sargan, Hansen e Dif-Hansen. O modelo utilizado está descrito na equação a seguir.

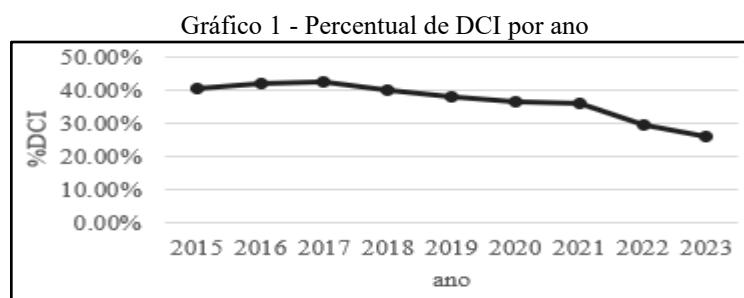
$$ROA_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 ROA_{i,t-1} + \beta_2 DCI_{i,t} + \beta_3 alav_{i,t} + \beta_4 TAM_{i,t} + \beta_5 MTB_{i,t} + \beta_6 idade_{i,t} + \beta_7 crise_{i,t} + \beta_8 DCI * TAM_{i,t} + \beta_9 DCI * alav_{i,t} + \beta_{10} DCI * mtb_{i,t} + u_i$$

Em que: ROA: desempenho da empresa; ROA_{t-1} : ROA do ano anterior; DCI: Deficiência do controle interno; ALAV: Endividamento da Empresa; TAM: Tamanho da Empresa; MTB: Market-to-Book ratio; IDADE: Idade da empresa; CRISE: Recessão Econômica; DCITAM: interação DCI e TAM; DCIALAV: interação DCI e ALAV; DCIMTB: interação DCI e MTB; vit: termo de erro do modelo; e u_i : heterogeneidade não observada.

4 RESULTADOS

4.1 Estatística Descritiva

O gráfico 1 mostra a evolução do percentual de deficiências de controles internos (%DCI) entre 2015 e 2023. Observa-se que a porcentagem de DCI apresenta uma tendência geral de queda ao longo do período, iniciando em 40,65% em 2015 e reduzindo para 26,13% em 2023. A média total da amostra indica que, em termos gerais, 36,25% das empresas apresentaram algum tipo de deficiência de controle interno no período analisado, sugerindo que, embora tenha havido melhora ao longo dos anos, ainda existe uma parcela significativa de empresas com falhas nesse aspecto.



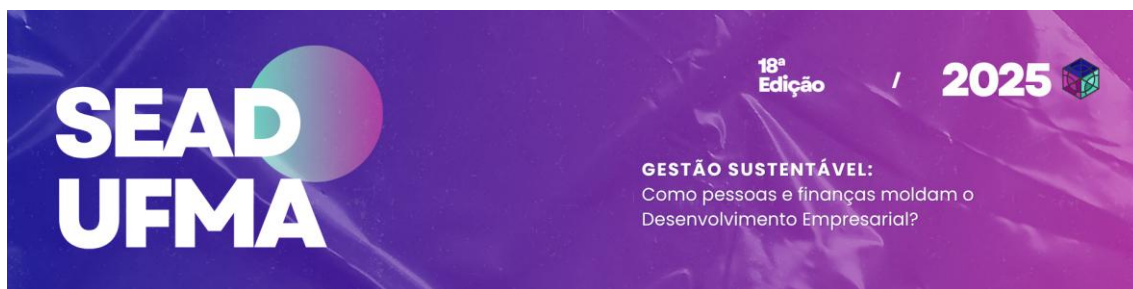
Fonte: dados da pesquisa

A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis analisadas, comparando empresas que não apresentaram deficiência nos controles internos com aquelas que apresentaram algum tipo de falha. Essa comparação permite observar diferenças estruturais e de desempenho entre os dois grupos.

Tabela 1 - Estatísticas descritivas da pesquisa

Empresas que não apresentaram DCI					
Variável	Observação	Média	Desvio Padrão	Min	Max
IDADE	1120.000	42.269	27.744	2.000	118.000
MTB	867.000	2.035	2.884	-2.460	23.220
ALAV	1120.000	0.279	0.212	0.000	1.060
TAM	1120.000	21.613	2.341	13.558	26.500
ROA	1120.000	0.014	0.160	-0.882	0.361
Empresas que apresentaram DCI					
Variável	Observação	Média	Desvio Padrão	Min	Max
IDAD	632.000	38.274	25.256	2.000	116.000
MTB	491.000	2.281	3.620	-2.460	23.220
ALAV	632.000	0.299	0.205	0.000	1.060
TAM	632.000	22.073	1.873	13.558	26.500
ROA	632.000	0.009	0.131	-0.882	0.361

Fonte: dados da pesquisa



As empresas que não apresentaram DCI demonstram, em média, maior tempo de fundação em relação às empresas que evidenciaram deficiência de controle interno (DCI). Esse resultado sugere que empresas mais maduras tendem a desenvolver sistemas de controle mais eficazes ao longo do tempo, o que pode refletir maior experiência gerencial e institucionalização de boas práticas de governança. A variável MTB, que reflete a valorização de mercado em relação ao valor contábil, apresentou média ligeiramente superior nas empresas que apresentaram DCI em comparação às empresas sem deficiência. Apesar da diferença, o elevado desvio padrão em ambos os grupos indica alta dispersão, sugerindo que a percepção de valor pelo mercado pode não estar diretamente associada à qualidade dos controles internos.

No que se refere à alavancagem, observa-se que empresas com DCI apresentaram maior média de endividamento em comparação às empresas sem deficiência. Embora a diferença seja sutil, ela reforça a hipótese de que empresas com estruturas financeiras mais arriscadas podem estar mais vulneráveis à ausência de mecanismos eficazes de controle, o que pode comprometer sua capacidade de gestão e tomada de decisão. A variável tamanho da empresa apresentou média ligeiramente superior nas empresas com DCI. Esse resultado sugere que empresas maiores não estão necessariamente associadas a melhores práticas de controle interno. Por fim, o indicador de desempenho financeiro se mostrou superior ao das empresas sem DCI. Embora a diferença seja modesta, pode indicar que controle interno eficaz está associado ao melhor desempenho financeiro.

4.2 Modelo Econométrico

A Tabela 2 apresenta os resultados da estimação econométrica realizada por meio do método GMM, com o objetivo de investigar a influência das deficiências de controles internos sobre o desempenho financeiro das empresas listadas na B3.

Tabela 2 - Modelos econométrico da pesquisa

MODELOS GMM		
Variáveis dependentes	Coefficiente	P-valor
ROA t-1	0,4135***	0,0000
CRISE	0,0032	-0,5810
TAM	-0,0006	-0,9170
IDADE	0,0006**	0,0160
DCI	-0,2256	-0,2980
ALAV	0,0286	-0,5100

MTB	0,0068*	0,0520
DCI*TAM	0,0125	-0,2170
DCI*ALAV	-0,1830*	-0,0610
DCI*MTB	-0,0056	-0,3010
Constante	-0,0180	-0,8830
ESTATÍSTICAS DE VALIDAÇÃO DA ABORDAGEM ECONÔMETRICA		
Wald	196,77***	
AR (1)	-2,92***	
AR (2)	0,63	
Teste de Sargan	290,35***	
Teste de Hansen	160,25	
Teste Dif- Hansen	-2,3	
Número de Observações	1173	
Número de grupos	215	

Fonte: dados da pesquisa

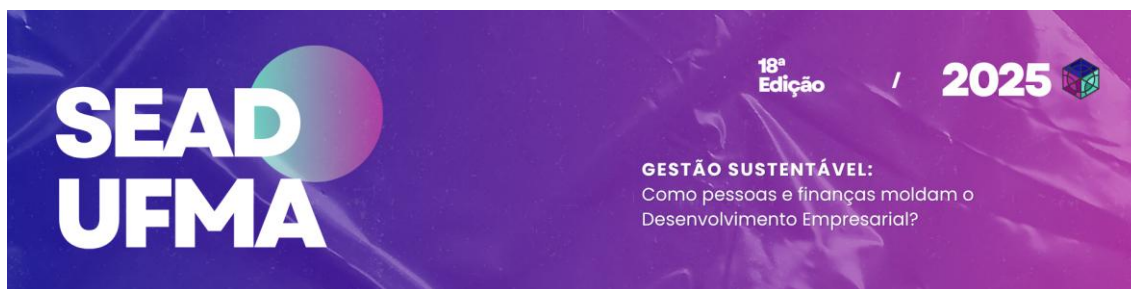
Notas: As significâncias dos testes são representadas por meio da simbologia: *10%; **5%; ***1%.

Os resultados dos testes de validação da abordagem GMM indicam que o modelo estimado apresenta ajuste estatístico. O teste de Wald confirma a existência de significância global do modelo proposto. O teste de autocorrelação de primeira ordem (AR1) é significativo e negativo, enquanto o teste de autocorrelação de segunda ordem (AR2) não apresenta significância, evidenciando que não há autocorrelação de segunda ordem nos resíduos, condição essencial para a validade do estimador GMM.

Em relação à validade dos instrumentos, o teste de Sargan apresenta significância, mas o teste de Hansen não é significativo, indicando que os instrumentos utilizados são consistentes e adequados. Faz-se relevante destacar que a escolha entre os testes de Sargan e Hansen deve se fundamentar na maior robustez do segundo comparativamente ao primeiro. Nesse sentido, o resultado evidenciado pelo teste de Hansen, mostra a viabilidade dos instrumentos utilizados no modelo proposto neste estudo.

Adicionalmente, o teste de Diferenças de Hansen confirma a validade dos instrumentos adicionais utilizados pelo GMM Sistemico, justificando sua adoção em detrimento ao GMM em Diferenças. Dessa forma, o referido teste aponta que a abordagem GMM Sistemico se mostra mais apropriada para a estimação dos parâmetros propostos nesta pesquisa.

O coeficiente da variável defasada do desempenho financeiro é positivo e estatisticamente significativo, indicando persistência no desempenho ao longo do tempo. Isso sugere que empresas com bom desempenho tendem a manter esse padrão em períodos



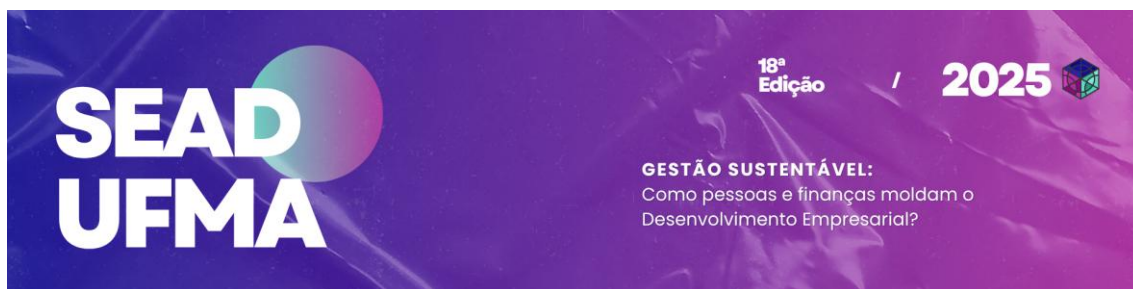
subsequentes. Este resultado está de acordo com os achados de Boritz e Lim (2008) e Marmor e Lukason (2024).

A idade da empresa apresentou significância estatística e mostrou-se positivamente relacionada ao desempenho, sugerindo que empresas mais maduras tendem a apresentar maior estabilidade e eficiência operacional. Este achado está em consonância com os encontrados por Degenhart et al. (2016), indicando que empresas com maior tempo de atuação no mercado tendem a apresentar melhor desempenho, o que pode estar relacionado à experiência acumulada, maior estruturação de processos e adaptação ao ambiente competitivo

A variável MTB também apresentou coeficiente positivo e significativo, indicando que empresas percebidas pelo mercado como detentoras de maiores oportunidades de crescimento tendem a apresentar melhor desempenho financeiro. Esse resultado está em linha com Lai et al. (2017), que também encontraram que empresas avaliadas pelo mercado como mais promissoras em termos de crescimento apresentam desempenho financeiro superior.

Apesar de a variável DCI não ter apresentado significância estatística isoladamente, observa-se que a interação entre DCI e ALV foi significativa e negativa, indicando que a presença de deficiências nos controles internos intensifica o efeito adverso da alavancagem sobre o desempenho da empresa. Esse resultado sugere que empresas com maior nível de risco financeiro, que naturalmente demandam controles internos mais robustos para mitigar potenciais impactos negativos, apresentam desempenho inferior quando essas deficiências estão presentes. Em outras palavras, em empresas arriscadas, a existência de DCI potencializa os efeitos negativos da alavancagem, evidenciando que a solidez dos mecanismos de controle é essencial para conter os riscos associados a estruturas financeiras mais vulneráveis. Dessa forma, os achados reforçam o papel moderador dos controles internos na relação entre risco financeiro e desempenho, destacando sua importância na proteção da empresa contra efeitos adversos amplificados pelo endividamento.

Outra possível explicação para essa relação é que as DCIs podem comprometer a governança e os processos de tomada de decisão financeira, aumentando a probabilidade de alocação ineficiente de recursos e de decisões arriscadas. Consequentemente, mesmo que a alavancagem ofereça oportunidades de crescimento, sua utilização em ambientes com controles frágeis resulta em menor eficiência e desempenho financeiro inferior. Esses achados estão em



conformidade com Freitas et al. (2018), que destacam que falhas nos controles internos comprometem a confiabilidade das informações financeiras e a eficiência operacional.

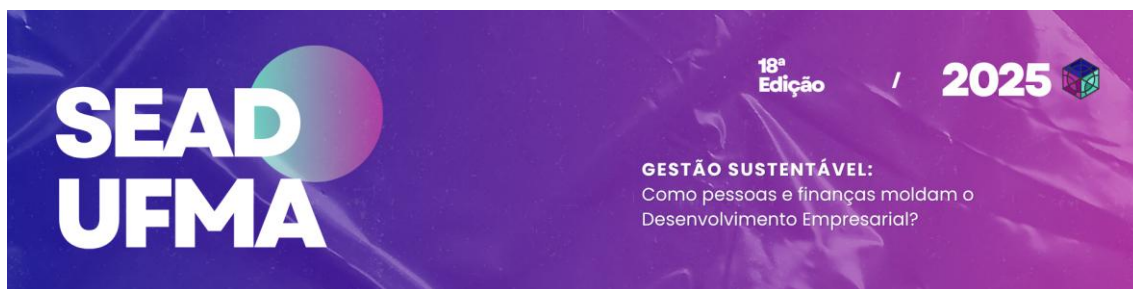
5 CONCLUSÃO

O objetivo do presente estudo foi identificar a influência das deficiências de controles internos no desempenho das empresas. Com uma abordagem descritiva e de natureza quantitativa, a pesquisa utilizou dados documentais de uma amostra de 271 empresas não financeiras listadas na B3. As informações sobre as DCIs foram extraídas dos Formulários de Referência, disponíveis no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), enquanto os dados financeiros foram obtidos na base de dados Comdinheiro. A análise cobriu o período de 2015 a 2023, e o modelo econométrico GMM foi aplicado para permitir uma análise mais robusta dos efeitos dinâmicos entre as variáveis.

Os resultados evidenciaram que a prevalência de DCI nas empresas brasileiras têm diminuído ao longo do tempo. Em 2015, a porcentagem de empresas com DCI era de 40,65%, caindo para 26,13% em 2023. A média do período, de 36,25%, sugere que, embora haja uma melhora, uma parcela considerável das empresas ainda enfrenta desafios em seus controles internos. No que tange à comparação entre as empresas que apresentaram ou não DCI, as empresas que não apresentaram DCI são, em média, mais antigas, com desempenho maior, menos endividadas, com menor MTB e tamanho.

A análise econométrica mostra que o desempenho financeiro de um ano é influenciado positivamente pelo desempenho do ano anterior, indicando uma persistência de performance. A idade da empresa e o MTB também se mostraram positivamente relacionados ao desempenho.

O principal achado deste estudo tem implicações diretas para a gestão de riscos e a tomada de decisões nas empresas. Embora a DCI, isoladamente, não tenha apresentado uma relação direta com o desempenho financeiro, sua combinação com o endividamento demonstra um efeito amplificador. Isso significa que, em empresas com estruturas financeiras mais arriscadas, a presença de falhas nos controles internos potencializa o impacto negativo do endividamento sobre o desempenho.



Diferente da literatura que se concentra em aspectos como a republicação de demonstrações financeiras e a opinião do auditor, o presente estudo avança no debate ao ser o primeiro no Brasil a focar na relação entre a divulgação de DCI e o desempenho financeiro das empresas. Para as empresas, os resultados destacam a importância de fortalecer os controles internos, especialmente em cenários de alta alavancagem, como forma de reduzir riscos e preservar a performance financeira. Para reguladores, os achados oferecem base para revisar e aprimorar normas de auditoria, promovendo maior transparência e confiabilidade nos processos de governança. Já para investidores, o estudo reforça a relevância de considerar deficiências de controle interno nas análises de investimento, já que essas falhas podem comprometer a gestão de riscos e afetar negativamente o retorno, sobretudo em empresas com maior exposição financeira.

Como limitação deste estudo está o uso de uma variável binária para representar as deficiências de controle interno (DCIs), o que impede a análise da gravidade ou do tipo específico dessas falhas. Além disso, como a amostra se restringe a empresas não financeiras listadas na B3, os resultados não podem ser generalizados para todo o mercado.

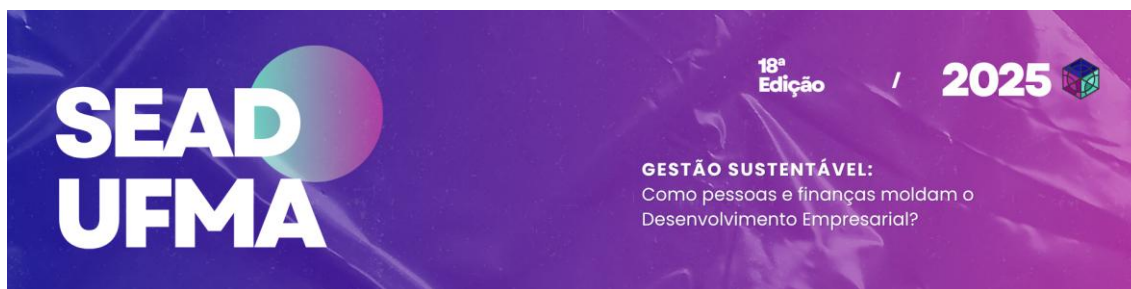
Para pesquisas futuras, recomenda-se uma abordagem mais granular, como a adotada por Lai et al. (2017), que classificou as DCIs por tipo (ambiente de controle, desenho dos controles, TI, documentação contábil, entre outros), permitindo identificar quais categorias impactam mais fortemente o desempenho.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. C. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- ATTIE, W. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- BASTOS, V. C. S.; MARQUES, V. A. **Analisando a associação entre as deficiências de controles internos e o gerenciamento de resultados**. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 16., 2019, São Paulo. *Anais[...]* São Paulo: FIPECAFI, 2019.

Disponível

em:



<https://congressosp.fipecafi.org/anais/19UspInternational/ArtigosDownload/1384.pdf>.

Acesso em: 12 set. 2025.

BORITZ, J. E.; LIM, J. H. **IT control weaknesses, IT governance and firm performance**. In: CONGRESSO ANUAL DA CANADIAN ACADEMIC ACCOUNTING ASSOCIATION – CAAA, 2008. *Anais[...]* Toronto, Ontário: Canadian Accounting Association, 2008.

CHAN, K. C.; FARRELL, B. R.; LI, P. C. **Earnings management and return-earnings association of firms reporting material internal control weaknesses under Section 404 of the Sarbanes-Oxley Act**. [S.l.: s.n.], 2005. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=744806>.

Acesso em: 17 set. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC TA 265: Comunicação de deficiências de controle interno**. Brasília, DF: CFC, 2009. Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1210.pdf. Acesso em: 13 set. 2025.

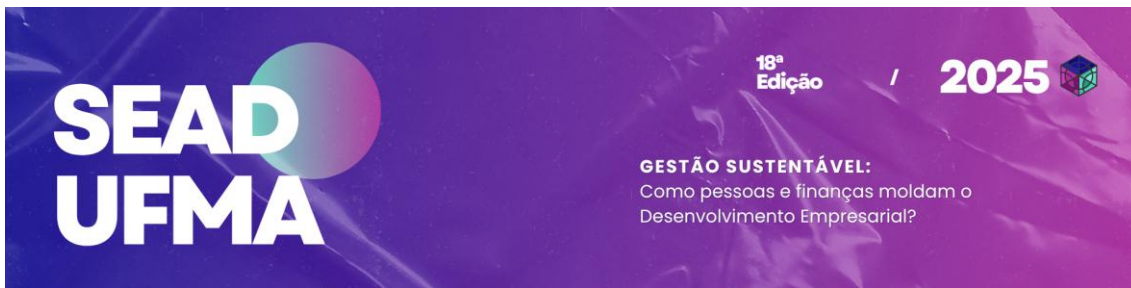
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC TA 315 (R2): Esclarecimentos sobre riscos e identificação e avaliação de riscos nos controles internos**. Brasília, DF: CFC, 2021. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA315\(R2\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA315(R2).pdf). Acesso em: 10 set. 2025.

BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários. **Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009: Dispõe sobre o registro de emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários**. Brasília, DF: CVM, 2009. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst480.html>. Acesso em: 17 set. 2025.

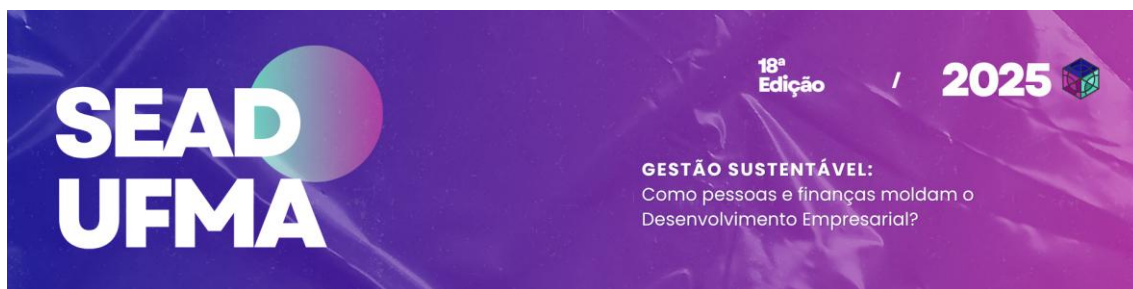
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (Brasil). **Consulta de Documentos de Companhias Abertas**. 2025. Disponível em: <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/fmConsultaExternaCVM.aspx>. Acesso em: 16 set. 2025.

CORDEIRO, F. A.; BRESSAN, V. G. F. **Desempenho financeiro e social em cooperativas de crédito: o papel do risco operacional**. In: CONGRESSO ANPCONT, 17., 2023, São Paulo. *Anais[...]* São Paulo: ANPCONT, 2023.

CUNHA, P. R.; SILVA, A.; ROHENKOHL, L. B. **Deficiências de controle interno e escolhas contábeis conservadoras e oportunistas**. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 22, n. 3, p. 368–385, set./dez. 2019. Disponível em: <https://revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/2014>. Acesso em: 14 set. 2025.



- DEGENHART, L.; VOGT, M.; KAVESKI, I. D. S.; FANK, O. L.; SCARPIN, J. E. Análise dos fatores determinantes do desempenho das empresas familiares brasileiras de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA do setor de consumo cíclico. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 16, n. 33, p. 74–89, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/62860/pdf>. Acesso em: 11 set. 2025.
- FREITAS, J. A. A.; TAVARES, A. C. T.; FRANCISCO, J. R. S.; PINHEIRO, L. E. T. **Controle interno das empresas brasileiras de capital aberto: uma análise das fraquezas**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD, 2018, Curitiba. *Anais[...]* Curitiba: ANPAD, 2018. Disponível em: http://arquivo.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MjQ3MTE=. Acesso em: 11 set. 2025.
- GOES, T. H. M.; MARTINS, H. H.; MACHADO FILHO, C. A. P. **Desempenho financeiro de empresas com características familiares: análise de empresas brasileiras listadas na BM&F**. *REGE – Revista de Gestão*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 197-209, 2017.
- KIM, Y.; MATKIN, D. S. **Financial condition and internal control deficiencies: evidence from New York counties**. *Public Budgeting & Finance*, v. 40, n. 1, p. 45–69, 2020.
- LAI, S. C.; LI, H.; LIN, H.; WU, F. **The influence of internal control weaknesses on firm performance**. *Journal of Accounting and Finance*, v. 17, n. 6, p. 82–95, 2017.
- LOPES, I. M. O.; MARQUES, V. A.; LOUZADA, L. C. **Deficiências dos controles internos das empresas listadas na B3**. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, João Pessoa, v. 7, n. 3, p. 105–126, set./dez. 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10217525>. Acesso em: 14 set. 2025.
- MACINTOSH, N. B. **Management accounting and control systems**. New York: John Wiley and Sons, 1994.
- MARQUES, V. A.; VAZ, U. O.; MIRANDA, D. V.; CHECON, R. P. **Quando os controles importam: evidências da associação não linear entre as deficiências de controles internos e a qualidade de auditoria**. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 34, n. 92, e1692, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-057x20231692.pt>. Acesso em: 15 set. 2025.
- MARMOR, M.; LUKASON, O. **Financial performance persistence in serial entrepreneurship**. *Cogent Business & Management*, v. 11, n. 1, 2024. Disponível em:



<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/23311975.2024.2423895>. . Acesso em: 16 set. 2025.

RASHID, C. A. **The role of internal control in fraud prevention and detection.** *Journal of Global Economics and Business*, v. 3, n. 8, p. 43-55, 2022.

SILOTE, N. Z.; REZENDE, E. F.; MARQUES, V. A.; FREITAG, V. C. **Deficiências de controles internos, republicações e opinião do auditor: evidências no mercado brasileiro.** *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade – REPeC*, Brasília, v. 15, n. 3, art. 4, p. 310-328, jul./set. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17524/repec.v15i3.2876>. . Acesso em: 14 set. 2025.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2005.

ZITTEI, M. V. M.; NASCIMENTO, E. G.; SOUZA, R. P.; SILVA, A. V. **Análise da relação entre as deficiências dos controles internos, a governança corporativa e a qualidade da informação contábil.** *Revista Liceu On-line*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 156-178, jul./dez. 2021. Disponível em: https://liceu.fecap.br/LICEU_ON-LINE/article/view/1883. Acesso em: 7 set. 2025.



**SEAD
UFMA**

18ª Edição / 2025



CERTIFICAÇÃO

Certificamos que o trabalho intitulado Deficiências de Controles Internos e sua Influência no Desempenho Financeiro das Empresas da B3 de autoria de GABRIELA CECILIA COSTA DOS SANTOS, NIARA GONÇALVES DA CRUZ foi submetido na XVIII SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO DA UFMA. O trabalho foi aprovado e publicado nos anais do evento.

São Luís, 19 de novembro de 2025.

Profª. Dra. Fernanda Paes Arantes
Coordenadora da 18ª SEAD

Profª. Dra. Adriana Araújo
Coordenadora da 18ª SEAD